

O DISCURSO DA RESISTÊNCIA OU A RESISTÊNCIA DO DISCURSO

Os assistentes sociais no movimento de oposição ao Estado Novo
(1969-1973)

Dos propósitos

O artigo que agora se apresenta tem subjacente a dissertação de Mestrado defendida no passado dia 11 de Março de 2004.

Identificando algumas das palavras-chave, com *o discurso da resistência ou a resistência do discurso*, pretendeu-se uma pequena aproximação ao passado recente, mas agora, assumindo formas equidistantes da imagem conservadora do Serviço Social, no seio do *Estado Novo*.

O Serviço Social surgiu incorporando discursos. O título *o discurso da resistência ou a resistência do discurso*, mais não pretende reflectir que um tipo de posicionamento rompendo com uma resistência discursiva de tipo conservador, para outro, de esforço de oposição aliado ao discurso da própria resistência. Aqui o conceito de resistência mais não serviu que para imprimir um maior impacto às acções oposicionistas, em toda a sua amplitude.

A palavra ou as palavras encerram em si conceitos que se reportam a discursos e que, por sua vez, aludem a processos, ideologias, comportamentos, éticas, movimentos e instituições. Se existiu um discurso oficial no seio da profissão de Serviço Social, acredita-se que, paralelamente, tenham proliferado muitos discursos não oficiais, praticados na singularidade, sendo estes, determinantes à alteração do curso da história.

Focou-se o fluxo da *oposição* para nele desbravar assistentes sociais com *participação cívico-política*. Descobrir os seus segmentos de inserção foi a proposta, sendo que, imediatamente, surgiu o *movimento CDE*, através dos *actos eleitorais de 1969 e 1973*, para a Assembleia Nacional e os seus efeitos multiplicadores ao nível da contestação social.

Ao edificar-se a história do Serviço Social, abrem-se novas potencialidades ao perceber que, apenas por esta “lupa” se poderão observar recantos mais ou menos obscuros e esquecidos, introduzindo até, alguma justiça face a factos tornados senso comum como, por exemplo, decorrente de uma ligação lógica entre a profissão e o Estado Novo, representar os assistentes sociais como um massa acrítica e apolítica e, sobretudo, portadora de uma neutralidade atroficante.

Quanto ao ponto de partida da investigação

Empreendeu-se uma abordagem de carácter histórico. Para a construção do conhecimento é essencial este dialogar com a realidade do tempo passado muitas vezes oculta e ocultadora. Desbravar um plano de discursos e de intervenções cívicas daqueles que se distinguiram do papel ideologicamente instrumentalizador, dominante na profissão, foi a proposta.

Esta confluência de interesses introduziu o período anterior a 1974 onde, o Serviço Social se encontraria, supostamente, e num primeiro acerrar, despojado de uma perspectiva política, tanto no sentido partidário, como, concebendo política como toda e qualquer acção crítica como alternativa a uma ordem, não se encontrando por isto, o Serviço Social inscrito, por sectores ou pessoas, nos movimentos oposicionistas ao Estado Novo.

Postos estes pontos de partida, definiram-se então os seguintes eixos de análise que acabaram por corresponder, genericamente, à estruturação da própria dissertação:

- Existiu a preocupação de caracterizar o contexto social e político anterior a 1974 e produzir alguma teorização sobre o movimento de oposição
- Os processos eleitorais para a Assembleia Nacional de 1969 e 1973, nas suas causas e consequências
- Analisou-se brevemente o Serviço Social para se identificar a emergência de uma nova consciência, por via da inserção dos profissionais no movimento de oposição, nomeadamente, através dos seguintes eixos de análise:
 - Movimento CDE
 - Associativismo, através do sindicato dos Profissionais de Serviço Social
 - Prática e formação profissional identificando-se, neste plano, os aspectos germinais de um movimento de crítica
 - Inserção no espectro político-partidário
 - Movimentos de solidariedade como a Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos e as vigílias pela Paz
 - Cooperativas culturais e outras associações, como a Pragma e a Confronto
 - Movimentos de mulheres, estudantes e jovens

Tecendo considerações sobre os conceitos

Deambular pela genealogia da liberdade foi a proposta subjacente que implicou abordar contextos antagónicos, inscritos na repressão e nos processos de luta, de oposição. Pois, conforme defende Touraine, para que um movimento se forme não deverá unicamente opor-se a um controle ou dominação, mas reivindicar em nome de um atributo positivo: a Liberdade. O conceito de oposição está sempre presente, sendo, a partir do qual, os passos metodológicos gravitaram.

No acto de investigar, houve que assentar alguns pressupostos sobre o que se considera movimento de oposição, estabelecendo-se uma aproximação à teoria dos movimentos políticos. Melucci evidencia a distinção que se opera entre movimentos reivindicativos (mudanças nas normas e distribuição de recursos); movimentos políticos (acesso aos canais de participação política e mudança nas relações de força); movimentos de classe (subversão da ordem social e transformação do modo de produção e as relações de classe). Obviamente a inscrição num ou em outro tipo de movimento, prende-se certamente com a capacidade de mobilização dos agentes e a própria permeabilização do Estado e respectivas instituições, às pretensas mudanças.

O termo movimento de oposição abordado ao longo da pesquisa, estará certamente na intersecção daquelas três categorias, sobretudo, nas duas últimas, pelas alterações que provocaram à estrutura.

O movimento político não se prende com a ideia de partido mas será antes, uma ideia ou projecto críticos de grupos entrosados socialmente, face aos detentores de poder e dos processos decisórios instituídos. Aqui inscrevem-se desde as organizações, sobretudo de carácter ideológico, associadas às ideias liberais e socialistas, passando pelo movimento operário, até ao movimento católico. Os movimentos políticos são a força vital de mudança dos sistemas políticos.

Optou-se apenas pelo conceito de oposição em detrimento de resistência dado que, a luta se trava no plano político, no âmbito dos actos eleitorais, algo distante de acções de maior dureza, como a luta armada ou a própria clandestinidade. O termo resistência apenas permanece no título do trabalho, para transmitir a ideia imediata do conteúdo do mesmo.

Alguns pressupostos metodológicos

De acordo com José Olabuenaga¹, há de facto, subjacente a esta investigação, uma estratégia qualitativa que impõe um contexto de busca e exploração.

A estratégia encontrada para o desenvolvimento do presente trabalho remeteu para o uso de diversas fontes. Os testemunhos orais, pese embora a importância da narração dos factos na primeira pessoa, face ao tempo decorrido, detêm compreensíveis lapsos de memória o que, estrategicamente, se contornou com a documentação proveniente da imprensa e de alguns espólios, nomeadamente, o da PIDE/DGS. De qualquer modo, as fontes orais revelaram-se um instrumento a não excluir. A selecção efectuada, assentou no facto dos sujeitos deterem informação privilegiada e, simultaneamente, terem tomado parte na acção social, tanto cívico-política, como profissional. Entendeu-se identificar as entrevistadas pois, de percepções, vivências e opiniões, se retracta neste estudo não se podendo nem devendo omitir ou atribuir autoria que, não à próprias. Foram assim entrevistadas:

Natividade Barroso Lopes Vieira Baptista: *O Zeca Afonso ouvíamos às escondidas.*

Tília Rodrigues Fonseca: *Divulgávamos todas as greves, todas as negociações, a conflitualidade social passava por ali [Sindicato dos Técnicos de Serviço Social] e, tínhamos posições através da poesia. O Pablo Neruda foi a nossa marca.*

Dinah dos Reis Ferreira Calado Mateus: *A primeira coisa que fizemos foi readmitir no Sindicato as pessoas que anteriores direcções tinham erradicado por pura orientação da PIDE.*

Berta Pereira Granja: *Naquela comunicação que fiz, peguei na guerra, mas pelo lado das mulheres que ficam sozinhas, dos filhos.*

Teresa Abrantes Pereira Ávila: *Sou muito descarada, nunca tive medo de ninguém.*

M.^a Helena Cardoso Monteiro Cabral Martins da Silva: *Para mim foi muito importante o desenvolvimento cultural porque a censuras era muito apertada.*

Maria Eugénia Bilstein de Meneses Luís Sequeira Varela Gomes: *Eu nunca fugia à frente da polícia, nunca cavava.*

Quanto à amostra, sem pretensão de representar o universo de estudo, para a selecção das entrevistadas, não se verificou mais que um conjunto de circunstâncias, muitas vezes advindas de conversas havidas anteriormente. Daqui, o tamanho da amostra não ser representativo mas antes, significativo.

A escolha quanto à técnica recaiu sobre a entrevista, tendo existido a preocupação de semi-estruturação com um referencial de perguntas norteadoras, introduzidas pela oportunidade surgida nas conversas. Apenas poderia ser deste modo, visto estar a interpelar-se sobre preocupações ou experiências e valores baseados num esforço de memória muitas vezes, remota.

Para o tratamento da informação recolhida através dos testemunhos orais, foi utilizada a análise de conteúdo, concretamente, a categoria de análise temática, nos termos definidos por Rodolphe Ghiglione e Benjamin Matalon.² Apesar das evidentes limitações que o método apresenta porque extremamente subjectivo, ao tratamento das entrevistas e mediante o objecto de estudo e o tipo qualitativo da investigação, não se apresentou mais eficaz qualquer outro instrumento. Assim, a categorização, de carácter indutivo,³ teve subjacente o seguinte esquema, por forma a estabelecer os temas principais e secundários. Dos temas principais regista-se:

¹ Olabuenaga, José Ignacio Ruiz; *Metodologia de la investigation cualitativa*, 1996

² Ghiglione, Rodolphe; Matalon, Benjamin; *O Inquérito: teoria e prática*, 1992

³ Olabuenaga, José Ignacio Ruiz; *Metodologia de la investigation cualitativa*, 1996. Classes de categorias e sua codificação:

- A socialização política
- A formação em Serviço Social
- O Serviço Social enquanto espaço de descontinuidades
- O contexto político
- A inserção na oposição

Do ponto de vista teórico, retiraram-se contributos das teorias sobre poder e política, nomeadamente, em Foucault e Russel, dos movimentos sociais e políticos, em Touraine, da Sociologia das Profissões, concretamente em Dubar, Abbott, Freidson, entre outros. Para a caracterização das movimentações políticas em Portugal, surgem os contributos de Manuel Braga da Cruz, Pacheco Pereira, Álvaro Cunhal, bem como, de José Mattoso, Fernando Rosas e José Hermano Saraiva, no plano da historiografia, dando-se assim relevo a autores de várias inserções político-ideológicas.

Para a construção do conhecimento do Serviço Social em Portugal contribuíram alguns trabalhos de fundo como o de Alcina Martins, Helena Mouro e Anabela Carvalho, a par da produção proveniente dos mestrados em Serviço Social. De entre alguns trabalhos de investigação de outras áreas destacam-se ainda as *Organizações femininas no Estado Novo*, de Irene Pimentel e a *Oposição feminina ao Estado Novo*, de Vanda Gorjão, editados recentemente.

Do trabalho propriamente dito

A marca indelével da genealogia da profissão tem-se mantido ao longo do tempo, até hoje, tanto no horizonte mental, ao nível de uma identidade atribuída e assumida por alguns profissionais, como na representação social da profissão, sendo este último aspecto, o mais complexo de contrariar. O Serviço Social é visto ainda, pela extensão de um passado recente, como um espaço impregnado de questões de género. Surge como a abertura possível ao exercício de uma profissão pelas mulheres (apenas recentemente, após a década de 60, constituído uma possibilidade a ser exercida no masculino), a par da sua instrumentalização doutrinária inerente ao espírito cristão do *bem fazer* ou de *fazer o bem*.

A institucionalização do Serviço Social português coincide com a consolidação do Estado Novo. A Constituição Política de 1933 vem alicerçar o novo regime depois do golpe militar de 1926. O corporativismo é o pano de fundo para as estruturas económicas, político-jurídicas e sociais.

Verificou-se então a necessidade de estabelecer alguns enlaces. Pela Sociologia das Profissões, estabeleceram-se algumas articulações entre o Estado, a sociedade e as profissões. As profissões são a aplicação prática do conhecimento formal existente para colmatar necessidades, daqui a sua importância para a estruturação social das sociedades modernas e, por inerência, do próprio Estado.

Nos propósitos do Estado Novo, existiu uma versão oficial para a profissão. No prefácio incluso no III volume de discursos do Presidente do Conselho, sob a designação *Renovação na continuidade*,⁴ abordou-se aquilo que se defende como o Estado Social

-
- Indutiva – identificação dos temas mais relevantes na perspectiva do investigador, o que poderá levar à abertura de novos significados inicialmente não previstos.
 - Dedutiva – explicação dos fenómenos nas suas variantes de dimensões, variáveis, e categorias, por recurso a uma teoria previamente definida.

⁴“ Que árdua é a missão de governar – Prefácio escrito por Sua Excelência o Presidente do Conselho para o III volume dos seus discursos sob o título *Renovação na Continuidade*, publicado pelo editorial verbo, *Opinião* nº 28 de Junho de 1973, p. 3 a 8

de Direito. Se, por um lado, no Estado de Direito, o poder político é limitado pelo respeito dos poderes individuais, no Estado Social de Direito, o poder político apresenta-se como o responsável pelas funções redistributiva e reguladora, sendo necessário, conter a liberdade de uns para se concretizar uma maior justiça social, isto porque, e em sua opinião “a máxima liberdade conduz á máxima desigualdade”. O Estado moderno, para além de salvaguardar as liberdades cívicas deve, paralelamente, fazer chegar à generalidade das pessoas a satisfação das necessidades mínimas, importando não hipertrofiar as liberdades individuais relativamente à exigências da colectividade. Será esta a preocupação dos neoliberais e daqueles que defendem um socialismo humanista, tratando-se também aqui da doutrinação subjacente ao próprio corporativismo.

A par da criação de instituições de Previdência Social, o Estado Novo instituiu também uma máquina repressora que funcionará incessantemente por mais de quarenta anos. A Igreja, responsável pela organização da assistência, tudo fará para salvaguardar os seus interesses que tantas vezes se confundiram com os do próprio Estado “Deus, Pátria e Família”.

Os pressupostos ideológicos do regime estarão sempre presentes no tecido social, tarefa facilitada pela despolitização popular, coadjuvado nestes intentos, pela Acção Católica, “...construir uma alternativa à influencia do laicismo e das ideias socialistas”⁵

Reconhecer indivíduos que se tenham destacado do carácter ideologicamente instrumentalizado, pela sua participação cívico-política, corresponde à proposta inicial, de desbravar uma feição política do Serviço Social.

A par de uma postura que se poderá entender como mais conservadora da profissão e dos profissionais, certo é que, por percursos mais ou menos sinuosos, se desbravam outros assistentes sociais em processos de contestação, numa tentativa de fuga e de ruptura, face a *uma ordem em desordem*.

Os pontos de partida destas profissionais nem sempre foram de feição a um posicionamento crítico, senão veja-se o seu contexto de origem, cujos os contornos se inscrevem numa herança política conservadora ou pró-regime, significando, outro tipo de posicionamento, uma clara ruptura. Os meandros da socialização política daquelas, num outro direccionamento, deu-se tanto pela via conjugal, como pelas influências aduzidas do próprio curso, através das alterações curriculares, como a introdução dos GEP (Grupos de Estudos e Práticas) e, subsequentemente, dos estágios e de experiências profissionais únicas. A exemplo, referiu-se o Serviço Social vocacionado para a promoção comunitária, tendo este gerado uma intensa movimentação popular, sendo uma referência em termos internacionais. Os serviços que o constituíam, implicaram em tantos aspectos e mexeram de forma decisiva em tantas estruturas, pelo carácter crítico que os técnicos assumiram que levou, em 1971, ao encerramento destes num posicionamento fóbico do sistema “Na chamada *Primavera Marcelista* o serviço acaba mesmo por ser extinto, tendo sido tomado como comunista”⁶ Para além deste, poderão encontrar-se ainda outros projectos, bastante interessantes, ao nível da intervenção em bairros sociais e degradados.

As práticas e discursos dos assistentes sociais procuraram-se no seio da oposição ao regime e não da resistência, sendo que, estabelecem-se algumas clarificações que se prendem com as características da oposição em Portugal.

⁵ Martins, Alcina, *Génese, emergência e institucionalização do Serviço Social Português*, 1999, p. 219

⁶ Entrevista a Tília Fonseca

A repressão exercida, assente numa estratégia de desmobilização política, a par de uma ideologia de submissão e despolitização, constitui-se um forte entrave à existência de uma oposição coesa, nomeadamente, em momentos de crise. Verifica-se uma resistência latente, em grande parte, pela intervenção clandestina do PCP.

Os assistentes sociais foram, pelos motivos acima indicados, procurados no firmamento oposicionista pois, tentar o fluxo da resistência seria, no mínimo, inconsequente, atendendo à genealogia da profissão. Para além destas vivências mais directas, podem apanhar-se outras assistentes sociais no movimento de oposição ao Estado Novo, referidas pelas entrevistadas como extremamente intervenientes. O posicionamento, mesmo dentro da oposição, não se dá tanto por uma consciência político-partidária de adesão a movimentos ou partidos políticos, mas antes, por uma necessidade de crítica, inerente a perspectivas cívicas.

Qualquer instituição que representasse uma declarada oposição ao regime, obrigaria a uma resposta total e feroz por parte deste. A estratégia foi sem dúvida, encetar a infiltração nas organizações oficiais, como, entre outras, nas eleições, enquanto espaços legalmente instituídos, por alternativa à clandestinidade comunista.

A plataforma de análise residiu, por isto, no movimento CDE (Comissões Democráticas Eleitorais), nomeadamente, pela observação da movimentação social produzida pelos actos eleitorais de 1969 e 1973. A abordagem a outra possibilidade como a CEUD (Comissões Eleitorais de Unidade Democrática), de feição socialista, apenas se tocou ao de leve quando se refere a unidade ou cisão do movimento antifascista, no período em referência. Aceite por todos o facto incontestável de que, a CDE, muito pela via da intervenção do PCP (bem como, por acção dos católicos progressistas) se manifestou como o segmento de luta mais visível ao regime. A inserção de carácter mais político veio a encontrar-se num dos muitos pequenos partidos de extrema esquerda que então pairavam no firmamento partidário. Por exemplo, o assistente social, José Paiva, na altura, estudante, designava-se membro da União Comunista Marxista-leninista.

Após 1969, dissiparam algumas pretensões quanto a uma abertura do regime. Actos posteriores vêm confirmar as piores suspeitas de quem pugnava por uma alteração ao estado-de-coisas, nomeadamente, a revisão da Constituição em 1971 e, a eleição presidencial de 1972, que apenas contribuíram para cristalizar mais as estruturas existentes. Montou-se um círculo vicioso de actuação entre a oposição e o regime, aumentando de tom a discórdia e intensificando-se a repressão fazendo, por sua vez, extremar o comportamento dos opositores.

Com o impacto das eleições de Outubro de 1969, viu a oposição uma via importante para a consolidação do movimento, quanto mais não fosse, pela denúncia do próprio acto que, formalmente, passou a ser veiculado como farsa. Surgiram, contudo, diferentes atitudes, no meio oposicionista, face ao impacto político das eleições, com algumas comissões, em plena campanha eleitoral, apelando à abstenção. A campanha de 1969 criou as condições para uma CDE mais interventiva em 1973. Todavia, alguns destes factos, como o apoio popular demonstrado, deixaram antever a continuação da actividade para além dos períodos eleitorais. Uma das consequências mais evidentes das campanhas foi, sem dúvida, o incremento do movimento sindical, fruto da sensibilização das bases sócio-profissionais e da participação social e política das mulheres, considerando os temas desenvolvidos.

O movimento CDE, por via das eleições legislativas, concretizou assim, um fluxo de manifesta oposição ao regime, nos anos que antecederem a revolução de 1974.

Verificam-se três assistentes sociais com participação activa neste domínio, as duas mais ligadas ao acto eleitoral de 1969 - a Eugénia Varela Gomes e a Eugénia Pereira de Moura - e a outra, candidata em 1973, - a Berta Granja. Não se sabendo bem se proveniente da CDE ou da CEUD, dado tratar-se de uma lista única (CDE/CEUD) por Setúbal, há a menção em 1969, de José Palmeiro Gonçalves, ao qual se atribui a profissão de assistente social.

Percorrendo outras organizações de base, pese embora o tratamento autónomo que se dá ao Sindicato de Profissionais de Serviço Social (SPSS), importa referir a mobilização da CDE ao nível dos trabalhadores e estruturas sindicais, constituindo-se assim, as bases sócio-profissionais. Meio de expressão dos diferentes interesses profissionais que, sendo de campanha, muitas vezes se sobrepunham a algumas pretensões sindicais, chegando a originar algum *volt face* em estruturas sindicais mais conservadoras. Também aqui se encontra representado o Serviço Social, sendo que, se recolheu o testemunho da Dinah Ferreira e da Tília Fonseca, correspondendo às duas direcções que antecederam o 25 de Abril.

De resto, a luta sindical realizada no âmbito do Sindicato de Profissionais de Serviço Social constitui a ponte com uma intervenção mais politizada. O SPSS esteve envolvido nas reuniões intersindicais que, posteriormente a 1974, vão dar origem à Intersindical Nacional, hoje, CGTP-IN. Tal, motivou uma troca de influências pela conjuntura que se vivia ao nível dos outros sindicatos, muito mais contestatários, que compunham esta estrutura.

O movimento de mulheres surgiu também das comissões de base da CDE, servindo de motor à agitação da oposição durante as campanhas, consolidando-se enquanto estrutura, tal como hoje a conhecemos. Podemos encontrar pela oposição e na qualidade de delegados da Comissão Concelhia de Lisboa, na Comissão de Mulheres, a auxiliar social, Maria Celestina Estudante da Silva. A assistente social Berta Granja é, por esta via, introduzida no movimento CDE. Verifica-se uma ligação lógica entre o Serviço Social ou, se assim se entender, as assistentes sociais e este movimento, pela aproximação das problemáticas.

No terreno político, as cooperativas culturais, tornaram-se na estratégia possível dos intelectuais, no sentido de procederem a uma reflexão, traduzida por uma contestação às reais condições impostas à sociedade portuguesa. Representaram um recurso de fácil constituição, para a Oposição desenvolver algum trabalho de sensibilização para as questões sociais e políticas. Apesar da vigilância apertada, em 1964, surgem a Pragma, em Lisboa, da qual fazia parte a assistente social, Teresa Abrantes e a Confronto, no Porto, por iniciativa dos católicos progressistas, da qual fazia parte a assistente social M.^a Helena Cabral. Manifestaram significativa intervenção cívica e cultural, pela organização de colóquios, conferências e informação impressa.

Em 1967, a Pragma é encerrada e pouco tempo depois a Confronto, ao que os católicos progressistas respondem com a dinamização do Centro Nacional de Cultura que, existindo desde os anos 30, passa a desenvolver uma significativa acção nestes domínios, culminando com a criação da SEDES. Nesta esteve integrada a entrevistada Teresa Abrantes.

A par de toda a repressão que se verificava, regista-se um outro fenómeno, como por exemplo, a intensificação dos laços solidários que, tomava forma pelo surgimento de organizações, como foi a Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos. Fizeram parte da CNSPP, que se veio a dissolver após 1974, as seguintes assistentes sociais:

- M.^a Eugénia Varela Gomes
- M.^a Gabriela Figueiredo Ferreira

- M.^a Manuela Antunes

Exemplo de outras solidariedades que, na prática, se revelaram efectivos movimentos de contestação ao regime, trata-se da vigília da Capela do Rato, em 1972. Já no dia 1 de Janeiro de 1969 se havia verificado, também em Lisboa, a ocupação da Igreja de São Domingos, por um grupo de católicos progressistas, numa atitude de confronto com a hierarquia da Igreja.

Na sequência da participação na vigília de 1972 foram demitidos da Função Pública as seguintes funcionárias:

- Ludovina Augusta de Rodrigues Esteves (auxiliar social da Comissão Acção Social dos Bairros Municipais de Lisboa)
- M.^a Gabriela Figueiredo Ferreira (assistente social do Instituto de Acção Social Escolar)
- Teresa Abrantes (assistente social)

A propósito se preponderou uma resistência às mudanças que eram inevitáveis ou, se pelo contrario, se verificou um discurso comprometido com a resistência gerada ao regime, Teresa Abrantes tece algumas considerações, as quais se adoptam “Não sei se se chama resistência ou de coerência. Repare, as colegas de que lhe falei também foram resistentes, mas à mudança. Portanto, o termo pode gerar confusão. (...) Custa-me a aceitar, mas penso que também houve pessoas acomodadas que variaram conforme os ventos mas, também existiu quem tivesse lutado activamente pela mudança.”⁷

Por todo o caminho percorrido pelos meandros de possíveis posicionamentos críticos ou oposicionistas será possível perceber a inserção das profissionais naqueles meios. O Serviço Social detém uma clara valência política.

Em síntese

A primeira conclusão a retirar e de acordo com Braga da Cruz é a de que em Portugal, mais que uma oposição coesa, registam-se várias oposições em permanente tentativa de protagonismo ideológico. Tal produziu um oposição frágil e fragmentada com cisões em actos eleitorais concretos.

Acontece porém que, o Serviço Social enquanto corpo profissional, não se destingue pela via da oposição, salvo algumas tímidas influências provenientes do contexto académico do final dos anos 60 e início de 70, decorrente do ambiente geral vivido, e por determinadas práticas profissionais. A estes factos prende-se também as características de uma oposição pouco assertiva, como atrás se referiu. As possibilidades de uma profissão se desfocar da instrumentalidade ligada à contenção social e doutrinismo moral, razões de ser da sua emergência, coloca-a com maior dificuldade numa lógica oposicionista. A acontecer, seria um processo anti-natura que, sem uma verdadeira consolidação metodológica, a eclipsaria para âmbitos de ideologização que, ao extremo, a isentariam de rigor técnico.

Observou-se antes assistentes sociais, indivíduos com determinados posicionamentos cívico-políticos. Se, nestas experiências ponderou o facto de ser um profissional a interagir, genericamente, na relação de ajuda e, se tal o compele a determinadas abordagens, entende-se uma relação de reciprocidade. Saber se é o cidadão que influencia o profissional ou, pelo contrario, se é este mesmo profissional que, com a sua sensibilidade e o seu conhecimento formal se encontra mais desperto e aberto para determinado tipo de consciências não é fácil de apurar. Os segmentos de análise indicaram alguns e importantes factos, tendo deixado algumas pistas.

⁷ Entrevista a Teresa Abrantes

O exercício da oposição foi efectivo da parte destes, bem como de outros assistentes sociais que ficaram por indagar. Nesta perspectiva há uma feição política do Serviço Social, no sentido de ter contribuído para um paradigma de liberdade.

Bibliografia

AAVV, Actas do Colóquio da Faculdade de letras Março de 1980, *O Fascismo em Portugal* “Biblioteca de História”, Lisboa, A Regra do Jogo, 1982

AAVV, I Semana de estudos do Sindicato Nacional dos Profissionais de Serviço Social, Lisboa, Maio de 1952

Abbott, Andrew; *The system of professions - an essay of division labor of expert*, Chicago, The University of Chicago Press, 1988

Almeida, João Ferreira de; Pinto, José Madureira; *A investigação nas Ciências Sociais*, Lisboa, Editorial Presença, 1990

Bardin, Laurence, *Análise de Conteúdo*, Lisboa, Edições 70

Barreto, António; Preto, Clara Valadas; *Portugal 1960/1995: indicadores sociais*, “Cadernos do Público” 8, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e *O Público*

Bernardes, Fernando Miguel; *Uma fortaleza da resistência, Peniche 1934-1974*, “Coleção Resistência”, Lisboa, Edições «Avante!», 1991

Bettencourt, Ana Maria; Pereira, Maria Margarida Silva (coords.); *Mulheres políticas – as suas causas*, Associação Ana de Castro Osório, Lisboa Quetzal Editores, 1995

Bourdieu, Pierre; *O poder simbólico*, Lisboa, Difel, 1989

Branco, Francisco José; Goulão, M^a Fátima; Marinho, M^a Manuela; Fonseca, Tília Rodrigues; *A Construção do Conhecimento no Serviço Social em Portugal na década de 60*, “Estudos e Pesquisas”, n^o 3, Departamento de Pós-graduação, ISSS, CRL, 1992

Caiado, Nuno, *Movimentos estudantis em Portugal: 1945-1980*, Instituto de Estudos Para o Desenvolvimento, Caderno 18

Campino, Joaquim; *Histórias clandestinas*, “Coleção Resistência”, Lisboa, Edições «Avante!», 1990

Carmo, Hermano; Ferreira, Manuela Malheiro; *Metodologia da investigação científica – guia para a auto-aprendizagem*, Lisboa, Universidade Aberta, 1998

Chagnollaud, Dominique (Dir.) ; *Dicionário da vida política e social*, Lisboa, Plátano Edições Técnicas

Coelho, José Dias; *A Resistência em Portugal*, “Coleção Situações” Porto, Editorial Inova

Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista; *Livros Proibidos no Regime Fascista*, Presidência do Conselho de Ministros, 1981

Cruz, Manuel Braga da; “A Oposição Eleitoral ao Salazarismo”, separata de “António Sérgio”, número especial da revista *História das Ideias*, vol 5, Faculdade de Letras, Coimbra, 1983

Cruz, Manuel Braga da; *Instituições Políticas e Processos Sociais*, Lisboa, Bertrand Editora, 1995

Cunhal, Álvaro, *Ação revolucionária, capitulação e aventura*, Documentos do Partido Comunista Português – série especial, “Coleção Resistência”, Lisboa, Edições «Avante!», 1994

- Cunhal, Álvaro, *A verdade e a mentira na revolução de Abril (a contra revolução confessa-se)*, Documentos do Partido Comunista Português – série especial, “ Colecção Resistência “, Lisboa, Edições «Avante!», 1999
- Dias, M^a Luísa Costa, *Crianças Emergem das Sombras, contos da clandestinidade*, “Colecção Resistência “, Lisboa, Edições «Avante!», 1982
- Dubar, Claude; “Pour une théorie sociologique de l’identité”, in *La socialization, construction des identités sociales et professionnelles*, Paris, Ed. Armand Colin, 1991, p. 111 a 128
- Duby, Georges; Perrot, Michelle; *As Mulheres e a História*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1995
- Eco, Umberto; *Como se faz uma tese em ciências humanas*, Lisboa, Editorial Presença, 1984,
- Faleiros, Vicente de Paula; “ Serviço Social : questões presentes para o futuro “, *Serviço Social & Sociedade*, nº 50, Ano XVII – Abril de 1996, p 9 a 39
- Fernandes, Ernesto; “Evolução da formação dos assistentes sociais no Instituto de Lisboa”, in *Serviço Social 50 anos de formação*, “Intervenção Social”, Revista do Instituto Superior de Serviço Social, nº 2/3, Dezembro de 1985, p. 123 a 142
- Ferreira, Dinah dos Reis; Couto, M^a Beatriz; Bizarro, M^a Manuela; *Trabalho Exploratório sobre a Construção do Conhecimento do Serviço Social em Portugal (Janeiro de 1970 a 25 de Abril de 1974)*, “Estudos e Pesquisas”, nº 4, Departamento de Pós-graduação, ISSS, CRL, 1992
- Figueiredo, António de; *Portugal: Cinquenta anos de ditadura*, “ Participar “, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1975
- Foddy, William; *Como Perguntar: teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários*, Oeiras, Celta Editora, 1996
- Foucault, Michel; *A Ordem do Discurso: Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de Dezembro de 1970*, , Lisboa, Relógio D`Água Editores, 1997, p. 9 a 57
- Foucault, Michel; *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*, Lisboa, Relógio D`Água Editores, 1994
- Foucault, Michel; *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*, Petrópolis, Editora Vozes, 1997
- Frada, João José Cúcio; *Guia Prático para a elaboração de trabalhos científicos*, Lisboa, Edições Cosmos, 1995
- Freidson, Eliot; *Professional powers – a study of the institutionalisation of formal knowledge*, Chicago and London, The University of Chicago Press, 1986
- Galbraith, John Kenneth; *Anatomia do Poder*, Lisboa, Difel, 1983
- Georgel, Jacques; *O Salazarismo*, “ Participar ” nº 24, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1985
- Ghiglione, Rodolphe; Matalon, Benjamin; *O Inquérito: teoria e prática*, Oeiras, Celta Editores, 1992
- Gorjão, Vanda; *Mulheres em tempos sombrios, oposição feminina ao Estado Novo*, “Estudos e Investigações“ 24, Imprensa de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2002
- Hill, Manuela Magalhães; Hill, Andrew; *Investigação por Questionário*, Lisboa, Edições Sílabo, Ida, 2000
- Iamamoto, Marilda, *Renovação e conservadorismo no Serviço Social*, São Paulo, Cortez Editora, 1992

- Johnson, Terence; “Professionalisation and professionalism”, in *Professions and power*, Studies in Sociology, 1972 p. 19 a 38
- Léonard, Yves; *Salazarismo e fascismo*, “História”, Mem Martins, Editorial Inquérito, 1998
- Mabon-Fall, Armelle, *Les Assistentes Sociales au temps de Vichy – du silence à l’oubli*, Paris, Éditions L’Harmattan, 1995, p. 39 a 65
- Macdonald, Keith; “Knowledge and the professions”, in *The sociology of the professions*, London, Gage Publications, 1995, p. 197 a 186
- Macdonald, Keith; “The state, professions and historical change” , in *The sociology of the professions*, London, Gage Publications, 1995, p. 114 a 121
- Mann, Peter H.; *Métodos de Investigação Sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1983
- Manuel, Alexandre; Carapinha, Rogério; Neves, Dias (coord.); *PIDE, A História da repressão*, Fundação, Jornal do Fundação Editora
- Martins, Alcina; “ A formação Académica dos Assistentes Sociais : uma retrospectiva crítica da institucionalização do Serviço Social no Estado Novo “ *Intervenção social*, nº 11/12, 1995, p. 43 a 76
- Martins, Alcina; “ As Mulheres e as suas Organizações na Emergência e Institucionalização do Serviço Social Português “, *Serviço Social no Feminino*, CPIHTS, 1997, p. 15 a 26
- Martins, Alcina; *Génese, Emergência e Institucionalização do Serviço Social Português*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia, 1999
- Miranda, José Bragança de; “A ideia de política”, in *Linguagem e violência na cultura contemporânea*, Lisboa, Colibri, 1997, p. 37 a 48
- Miranda, José Bragança de; “Introdução”, in *Linguagem e violência na cultura contemporânea*, Lisboa, Colibri, 1997, p. 11 a 33
- Morand, Gisele; “Identité professionnelle et formation permanente des assistantes sociales”, Paris, Baayard Ed., 1992, p. 21 a 38
- Moura, Virgínia, *Mulher de Abril*, “Coleção Resistência“, Lisboa, Edições «Avante!», 1996
- Mouro, Helena; Carvalho, Anabela; *Serviço Social no Estado Novo*, Coimbra, Centelha, 1987
- Mouro, Helena.; Simões, Dulce (coords); *100 Anos de Serviço Social*, “ Instituto Superior Miguel Torga, Serviço Social nº 1 “ Coimbra, Quarteto Editora, 2001
- Netto, José Paulo, *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*, São Paulo, Cortez Editora, 1982
- Netto, José Paulo; “Transformações societárias e Serviço Social”, in *Serviço Social & Sociedade*, nº 50, Ano XVII- Abril de 1996, p. 87 a 132
- Negreiros, M^a Augusta; Martins, Alcina; Henriquez, Alfredo; Mc Donough; Josefina Figueira; *Serviço Social Profissão e Identidade: Que trajetória?*, Veras Editora, Lisboa/São Paulo, 1999
- Nogueira, Franco; *Um político confessa-se (diário 1960 – 1968)*, Porto, Livraria Editora Civilização, 1987
- Olabuenaga, José Ignacio Ruiz; *Metodologia de la investigation cualitativa*, Bilbao, Universidad de Deusto, 1996
- Oliveira, Gilberto de; *Memória Viva do Tarrafal*, “ Coleção Resistência “, Lisboa, Edições «Avante!», 1987

Organização das Mulheres Comunistas, *Subsídios Para a História das Lutas e Movimentos de Mulheres em Portugal sob o Regime Fascista (1926-1974)*, Lisboa, Edições «Avante!», 1994

Os comunistas portugueses perante a polícia e os tribunais fascistas, *A Defesa Acusa*, “ Colecção Resistência “, Lisboa, Edições «Avante!», 1975

Pardal, Luís; Correia, Eugénia; *Métodos e técnicas de investigação social*, “ Formação Contínua “, Porto, Areal Editores, Lda, 1995

Pasquino, Gianfranco; “ Movimento Político “ in Bobbio, N., Matteuci, N., Pasquino, G.; *Dicionário de Política*, vol 2, Editora UNB, p. 786 a 787

Pasquino, Gianfranco; “ Movimentos Sociais “ in Bobbio, N., Matteuci, N., Pasquino, G.; *Dicionário de Política*, vol 2, Editora UNB, p. 787 a 792

Pereira, José Pacheco; *A sombra – estudo sobre a clandestinidade comunista*, “ Colecção Trajectos Portugueses “, Lisboa, Edições Gradiva, 1993

Pimentel, Irene Flunser; *História das Organizações Femininas no Estado Novo*, Lisboa, Circulo de Leitores, 2000

Pinto, M^a de Lourdes Alves; *A construção do Conhecimento do Serviço Social em Portugal, período do metodologismo: década de 50*, “Estudos e Pesquisas”, nº 2, Departamento de Pós-graduação, ISSS, CRL, 1992

Quivy, Raymond; Campenhoudt, Luc Van; *Manual de Investigação em Ciências Sociais*; “ Trajectos “, Lisboa, Gradiva, 1998

Raby, Dawn Linda, *A Resistência antifascista em Portugal, 1941/74* “Tempos Modernos“, Lisboa, Edições Salamandra, 1988

Ribeiro, Sérgio; *Dossier de Candidatura – Leiria 1969*, “ Biblioteca Popular “, Lisboa, Prelo Editora, 1970

Rodrigues, Francisco Martins (coord.); *O Futuro era agora, o movimento popular do 25 de Abril*, Lisboa, edições Dinossauro, s.d.

Rosa, Maria Teresa Seródio, “O Associativismo das assistentes sociais no pré – 25 de Abril“, *Serviço Social no Feminino*, CPIHT, 1997, p. 27 a 31

Rosas, Fernando “ O Estado Novo “, Introdução in José Mattoso (direcção), *História de Portugal* , vol. 7, Editorial Estampa

Rosas, Fernando; Brito, J.M. B. (direcção); *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I e vol. II, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996

Russel, Bertrand; *O poder, uma nova análise social*, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1990

Sá, Luís de; *Introdução à Ciência Política*, Universidade Aberta, 1999

Santos, Boaventura de Sousa; “ Os modos de produção do poder, do direito e do senso comum”, in *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*, vol.I, Porto, Edições Afrontamento, 2000, p. 243 a 304

Santos, Boaventura de Sousa; “Subjectividade, cidadania e emancipação”, in *Pela Mão de Alice – O social e o político na pós – modernidade*, “ Biblioteca das Ciências Humanas / Sociologia, Epistemologia / 18 “, Porto, Edições Afrontamento, 1994

Santos, João de Almeida; *Breviário político – filosófico*, Fenda Edições, 1999

Saraiva, José Hermano (sob direcção), *História de Portugal*, vol. 6, Publicações Alfa, 1985,

Tiago, Manuel, *Até Amanhã Camaradas*, “ Coleção Resistência “, Lisboa, Edições «Avante!», 1989

Touraine, Alain; *Como Sair do Liberalismo*, Lisboa, Terramar, 1999

Ventura, António; *Memórias da Resistência, literatura autobiográfica da resistência ao Estado Novo*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2001

Walzer, Michael; *As esferas da justiça*, Lisboa, Editorial Presença, 1999

Fontes

Entrevistas

- Natividade Barroso Lopes Vieira Baptista (entrevista realizada em Lisboa, a 31 de Janeiro de 2002)⁸
- Tília Rodrigues Fonseca (entrevista realizada em Lisboa, a 3 de Abril de 2002)⁹
- Dinah dos Reis Ferreira Calado Mateus (entrevista realizada em Lisboa, a 29 de Abril de 2002)¹⁰
- Berta Pereira Granja (entrevista realizada no Porto, a 8 de Maio de 2002)¹¹
- Teresa Abrantes Pereira Ávila (entrevista realizada em Lisboa, a 21 de Maio de 2002)¹²
- M.^a Helena Cardoso Monteiro Cabral Martins da Silva (entrevista realizada em Lisboa, a 28 de Maio de 2002)¹³
- Maria Eugénia Bilstein de Meneses Luís Sequeira Varela Gomes (entrevista realizada em Lisboa, a 8 e 15 de Junho de 2003)¹⁴

Outros testemunhos orais

- M.^a Isilda Matos – assistente social e Presidente do Sindicatos dos Profissionais de Serviço Social (entrevista realizada em Lisboa, a 11 de Maio de 2000)
- M.^a Helena Trigo – assistente social e Presidente da mesa da assembleia geral do Conselho Português de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (entrevista realizada em Lisboa, a 3 de Agosto de 2000)

Arquivos Nacionais da Torre do Tombo

- Arquivo da PIDE/DGS

⁸Assistente Social (Curso na Escola Normal de Coimbra entre 1958 / 62). Desenvolveu grande parte da sua actividade na ligada à Sorefame (área de trabalho). Dirigente MDM.

⁹Assistente Social e Socióloga. Curso de Auxiliar Social, sendo que, em 1966 finaliza o Curso de Serviço Social em Coimbra. Presidente do Sindicato dos Profissionais de Serviço Social no período anterior a 1974. Curso de Sociologia nos anos 80. Docente ISSSL.

¹⁰Curso de Auxiliar Social nos anos 60 e Curso de Serviço Social pelo ISCSP no início dos anos 70 . Mestre em Sociologia (1994). Docente ISSSL. Mantém actualmente, actividades ligadas à investigação na área da Gerontologia Social e docência no Curso de pós-graduação académica. Elemento extremamente interveniente na conjuntura anterior a 1972, por via do Sindicato dos Profissionais de Serviço Social.

¹¹ Curso Serviço Social ISSSPorto (1968/1973). Candidata pelo Movimento de Oposição Democrática do Porto (1973). Esteve 10 anos ligada ao Sindicato dos Têxteis (organização dos delegados sindicais das empresas), após 1974. Trabalhou na área da formação profissional e sindical da CGTP. Mestre em Política Social. À data da entrevista é docente e Presidente do Conselho Directivo do ISSSPorto

¹²Curso de Serviço Social no ISSL (1956 / 1960). Frequentou o Mestrado no Brasil. Trabalhou na Direcção Geral da Assistência, no Ministério da Educação e na Segurança Social. Assessora na CMCascais para as questões sociais. Dirigente do Sindicato dos Profissionais de Serviço Social e da Associação dos Profissionais de Serviço Social. Participou na *SEDES*, na *Pragma* e na *Vigília da Capela do Rato*. Coordena, à data da entrevista, a equipa interministerial de apoio aos timorenses.

¹³ Curso Serviço Social realizado em Lisboa e terminado em 1959. Docente ISSSPorto (até 1972). Curso de especialização de Supervisão em Serviço Social, o que deu origem a um gabinete de consultaria em conjunto com outras assistentes sociais (1969 – 1972)/GES. Exerceu actividade na Caixa da Marinha Mercante e no Centro Nacional de Pensões, no Porto, passando à coordenação de uma delegação. Em 1984 voltou à Acção Social no Centro Regional de Segurança Social do Porto. Interveniente activa na Confronto.

¹⁴Curso de Serviço Social no Instituto de Serviço Social de Lisboa em 1946. Presa por motivos políticos em 1962. Colaborou activamente na Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos e na *Seara Nova*

Biblioteca do Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa

- Programas das cadeiras do curso de Serviço Social do ISSSL (anos lectivos 1969/70 e 1972/73)
- Projecto de reestruturação do Instituto Superior de Serviço Social 1973/74

Biblioteca/Museu “República e Resistência”

- Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos – circular 31 de Janeiro de 1973
- Cooperativismo e cooperativas/Cineclubes 1970-1974
- Estado Novo Eleições Legislativas (1969/1973)
- Estado Novo/Imprensa Clandestina /Década de 70/MRPP/FEML/MPAL 1971- 1974
- PIDE/DGS
- Movimento CDE (doc anteriores ao 25 de Abril)

Centro de Documentação do Movimento Democrático de Mulheres

- *Alma Feminina*

Comissão Nacional de Eleições

- MDP/CDE

Conselho Português de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais

Gabinete de Estudos Sociais do Partido Comunista Português

- Relatório e conclusões da secção A “Desenvolvimento económico e social“ – 3º Congresso da Oposição Democrática, Aveiro 4 a 8 de Abril de 1973
- Relatório e conclusões da secção B “Estrutura e transformação das relações de trabalho“ – 3º Congresso da Oposição Democrática, Aveiro 4 a 8 de Abril de 1973
- Relatório e conclusões da secção C “Segurança Social e Saúde “ - 3º Congresso da Oposição Democrática, Aveiro 4 a 8 de Abril de 1973
- Listagem de Lutas de Massas sob o fascismo – 1926 a 1974, secção 1969 a 1974
- Plataforma de Acção Comum da Oposição Democrática, 1969
- II Congresso Republicano, 16 e 17 de Maio, Aveiro, Calendário das sessões públicas

Hemeroteca Municipal de Lisboa

- *Opinião* (de 1972 a 1973)
- *Diário de Notícias* (1973)
- *O Século* (1973)
- *República* (1969)

Sindicato dos Profissionais de Serviço Social

- Circulares do Sindicato TSS de 1973 e 1974
- Estatutos do Sindicato dos Técnicos de Serviço Social (e alterações 1950, 1968. 1970, 1975)